

ENTRE a eleição do dia 15 de novembro e o recesso parlamentar em dezembro, o Governo espera concluir o seu pesadelo em dois turnos. Sua liderança no Congresso refaz-se por enquanto do susto, para oportunamente mobilizar outro esforço concentrado e desconcentrar as dificuldades políticas. A tensão será menor, tendo em vista que a reforma tributária vai ser a isca.

Uma coisa é reunir congressistas em número suficiente para aprovar por dois terços de votos uma reforma tributária antes de uma eleição; outra, muito diversa, acenar com os benefícios que ela representa para os Estados e Municípios, quando os malefícios para o eleitor estiverem fora do alcance do voto. Sim, porque uma reforma tributária, por menor que seja, nunca vem exclusivamente com as vantagens declaradas; tem desvantagens ocultas e quem as assume é o contribuinte, ou seja, o eleitor depois da eleição.

Se a reforma tributária não fosse aprovada em 2º turno este ano, Estados e Municípios não veriam a cor dos 100 bilhões de cruzeiros em dezembro. E nada feito também no que se refere aos 8,6 trilhões reservados para o ano que vem. Sendo 1986 um ano

eleitoral e sendo os atuais parlamentares candidatos à reeleição, e ainda por cima com as honras de constituinte, não há como desconhecer a possibilidade de se concentrar o esforço parlamentar e aprovar ainda este ano tudo que depende regimentalmente de segundo turno.

Não precisará, portanto, o Governo de fazer das tripas coração. Mesmo na questão de tomar ao eleitor alguma contribuição por conta, sabe-se perfeitamente que deputados e senadores estão seguros de que não há risco eleitoral. Passada esta eleição, a próxima está longe e, se o eleitor ainda se lembrasse do bolso, a inflação o faria esquecer-se do que lhe foi retirado: a inflação tira muito mais.

No momento apropriado ao esforço, as lideranças cuidarão de concentrar os interesses devidos e apresentá-lo na conta do interesse público: a convocação da Constituinte se programará passo a passo com a reforma tributária e tudo que ficou pendurado no caos. A proteção mútua evita as tentações perigosas e garante a lealdade. Isto é que é prova de confiança na democracia.